

A luta entre a astúcia e a ousadia

LEONARDO MOTA NETO
Da Editoria de Política

Os candidatos mais fortes para concorrerem no colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985 — constituído por 686 eleitores — são, teoricamente, o deputado Paulo Maluf, pelo PDS, e o atual governador Tancredo Neves, pela “frente democrática” integrada pelo PMDB, demais partidos opositoristas, pela “frente liberal” do PDS e demais segmentos dissidentes. O novo presidente da República

será eleito por maioria absoluta (metade mais um dos votos), e o PDS dispõe de vantagem de apenas 32 votos.

Será uma disputa encarnada, caso se fira entre Maluf e Tancredo, os prováveis vencedores das convenções de seus partidos. Embora o governador possa muito bem retirar do PDS os 32 votos de que necessita para ganhar o colégio, o deputado paulista dispõe de chances reais de cooptar delegados do PMDB e do PTB, em número suficiente

para não só compensar a perda dos 32, mas para chegar a pelo menos 55 votos, de acordo com a listagem em poder de seus estrategistas.

Mas, para chegar lá, são cinco meses após a realização das convenções. Muita água deverá passar por baixo das mineiras e pontes paulista: serão tramóias, embaraços, armadilhas, obstáculos, truques e possíveis traições. E de se lembrar que o colégio eleitoral se reunirá em sessão pública, através de voto

nominal, em aberto. Mas tudo vale no jogo pelo poder, na sucessão mais confusa e mais causadora de perplexidade da história republicana, velha ou nova.

Ambos os candidatos deverão ser especialistas em remoção de barreiras, pelo menos dez previsíveis para cada um deles. Maluf tem a desvantagem de ter que paralisar Minas, nos seus dois entendimentos, o lato e o estrito: esterilizar a frente

política mineira que pretende se tornar o fator de sua condenação, e desativar as minas explosivas colocadas sob o seu caminho não só pelos mineiros mas por todos quanto o temem.

São esses obstáculos que farão da próxima sucessão presidencial uma guerrilha política abaixo de qualquer nível de suspeita. Tudo será válido para se conquistar a presidência da República. De um lado, a astúcia de Tancredo, de outro, a ousadia de Maluf.

GILBERTO ALVES



Maluf: o calendário o ajuda

Para chegar à Presidência da República, o deputado Paulo Maluf terá dez obstáculos principais, a partir dessa data. Mas um fato está fora de dúvida: o ex-governador de São Paulo é, dos dois candidatos em potencial ao Colégio, o que melhor soube se adequar ao espírito da competição, seguindo exatamente a metodologia indicada para uma eleição indireta através da reunião de delegados em número predeterminado. Maluf fez — e continua fazendo — uma campanha intensiva sobre cada um desses delegados, primeiramente os que irão homologar o candidato na Convenção Nacional do PDS, esquecendo-se de detalhes outros como o da sua imagem pública, considerada frágil e insegura para alguém que pretende governar o País por seis anos no atual estágio de ebulição social e dificuldades econômicas. Mas a ousadia do candidato — um somatório de determinação e de obsessiva direção ao objetivo fixado, a Presidência — o ajuda a planejar a superação desses seus obstáculos.

1) — A falta de apoio do presidente Figueiredo — o chefe do Governo dispõe, segundo cálculos aproximados, de 114 votos fiéis, que influirão decisivamente na escolha do candidato do PDS na convenção nacional. Esses votos não estão incluídos entre os nitidamente “malufistas”, “andreazzistas”, “aurelianos”, “macielistas” ou mesmo entre os indecisos. S-aos votos de Figueiredo. Um exemplo: o do senador Carlos Alberto, do PDS do Rio Grande do Norte. Eles seguirão o presidente da República, que conserva, todavia, a tendência de só vir a apoiar o candidato do PDS após sua homologação pelos convencionais. O risco para Maluf é o de Figueiredo, premido pelo agravamento da crise política, mudar de idéias e endereçar seus votos fiéis à caixa postal de outro candidato, como Andreaza ou o de um “terceiro nome”, dias antes da convenção.

2) — Surgimento de uma candidatura militar — Nas equações que estão sendo montadas para embaralhar sua caminhada rumo ao poder, o pré-candidato Paulo Maluf tem na apresentação de um nome militar para o enfrentar na convenção um sinal especial de alerta. Esse fato, caso concretizado, poderia galvanizar a opinião dos chefes das Forças Armadas em direção não mais à postura de equidistância e isenção do processo sucessório, mas no sentido de encontrar um termo que lhes garanta a permanência dos aparelhos institucionais de contenção às ameaças de revanchismo ou de repressão a manifestações de perturbação da ordem, que venham a ser articuladas. Uma candidatura nitidamente militar, arquitetada igualmente para continuidade do regime diante de um quadro político-institucional instável e em vias de alcançar o impasse, poderia vir a criar uma rápida polarização política em torno de um nome saído da cúpula do Exército, e capaz de esvaziar o apoio em bloco a Maluf.

3) — Apresentação da candidatura Ludwig — outro obstáculo, militar mas não de fundamento militarista, seria a apresentação até 12 de agosto da candidatura do ministro Rubem Ludwig, a sutileza dessa diferença deve ser compreendida: Ludwig não seria uma solução essencialmente militar, saída dos quartéis com o lastro da intervenção ou da continuidade do regime, mas uma solução política compromissada com os políticos do governo e da Oposição para realizar um governo transitivo, preenche de mudanças constitucionais preestabelecidas. Desse modo, o obstá-

culo a Maluf se materializaria pela apresentação do “terceiro nome”, como alternativa à opção entre os dois atuais candidatos do PDS, e apta a receber o apoio do presidente Figueiredo e do ex-presidente Geisel, juntando-se igualmente à “frente liberal” e a todos os dissidentes do PDS, como os da Oposição que não seguiriam uma candidatura de embasamento revanchista, aos olhos dos militares.

4) — A consolidação da “frente liberal” — já na convenção nacional do PDS, a frente liderada pelo vice-presidente Aureliano Chaves poderá prejudicar Maluf com a tentativa de esvaziamento e de redução do “quorum” caso permaneça alicerçada em sua atual numerologia e não sofra defeições. Outra linha de fortalecimento da “frente liberal” seria a da sua junção à candidatura Tancredo Neves, articulada neste fim de semana em Brasília, e fator previsível de adensamento da corrente opositora a Maluf, no Colégio Eleitoral.

5) — Manutenção da convenção para 2 de setembro — já que o calendário é o seu maior aliado, Maluf corre risco político caso se proponha a seguir ortodoxamente os prazos estipulados na medida em que podem ser mudados por iniciativa de seu bloco dentro do PDS, reduzindo-se, assim, as ameaças de casuismos. A idéia da antecipação da convenção para 12 de agosto, para que o ministro Mário Andreazza possa concorrer como ministro não desincompatibiliza — seu prazo é 14 de agosto — criou um clima de acordo entre os dois candidatos que só dificultará os passos de Maluf caso seu adversário não mais deseje estabelecê-lo e partir decisivamente para manter a convenção a 2 de setembro, com o que aceitaria o quadro da disputa. Ao mesmo tempo, mantendo-se para esta data a convenção, Maluf verá crescer desmesuradamente a candidatura Tancredo Neves, após a Convenção Nacional do PMDB, que se dará em agosto.

6) — Revigoramento do apoio a Andreaza — formuladores da candidatura Andreaza continuam a vender a tese de que ela é a única capaz de unir o PDS e estabelecer uma frente antimalufista, caso todas as manobras para impedir sua vitória na convenção fracassem. As forças governistas que não tendem a apoiar o ex-governador de São Paulo tudo fariam, no caso, para reforçar a imagem de Andreaza como única solução para reintroduzir o País no desenvolvimentismo, e criar novas oportunidades de mercado e trabalho, contando com a hipótese de sua aceitação pela opinião pública, com a exploração da simpatia potencial do ministro do Interior com os resíduos de antipatia social a Maluf.

7) — Imagem negativa perante a sociedade brasileira — desde a época de governador de São Paulo, Maluf granjeou uma imagem negativa em termos populares mesmo porque jamais se incomodou com a adoção de projeto de “marketing político”, confiando exclusivamente nos resultados de seu trabalho. No entanto, esse fenômeno deixou de ser paulista para se tornar nacional. Hoje, o problema da imagem pública de Maluf preocupa demasiadamente alguns de seus mais lúcidos assessores, que temem que o efeito desse desgaste alcance os convencionais de agosto-setembro, e os colegiais de janeiro. Há projetos para a melhoria de imagem de Maluf, mas só a partir de setembro. Haverá tempo?

8) — Perturbações eventuais na ordem pública — caso saia vencedor da convenção, Maluf poderá, imediatamente após, sofrer um sério embate, que seriam manifestações de rua programadas como uma reação da sociedade, em forma de repúdio, à sua unção como candidato do PDS à Presidência da República. No caso, os governadores do PMDB de São Paulo e Minas, e o do PDT do Rio de Janeiro não poderiam deter essas manifestações para não se indisporerem com as forças populares e de esquerda, o mesmo para gerar uma situação de fato de perturbação da ordem pública que serviriam como contribuição para o projeto de inviabilização da candidatura Maluf no Colégio Eleitoral.

9) — Voto infiel no Colégio Eleitoral — a tese do ministro Leila de Abreu, sobre a infidelidade do voto no Colégio Eleitoral, contém uma abertura jurídica em face de interpretações dispare que têm sido produzidas. A infidelidade do voto no Colégio Eleitoral

começa com a declaração de fechamento de questão em torno do candidato saído da convenção. Essa declaração terá que ser promovida pelo presidente do PDS, logo após o resultado da eleição, declarando questão fechada do partido o voto de seus membros no candidato escolhido. Logo depois, essa decisão terá que ser registrada no TSE. Nesse caso, procedidas todas essas providências. Se um membro do PDS no Colégio votar no candidato do PMDB, ele poderá ser desligado do partido, mas seu voto será computado, como válido. Mas, para risco de Maluf, nesses 20 anos em que o processo de escolha por via indireta é mantido, jamais houve um caso em que a infidelidade partidária fosse arguida para a perda de mandato.

10) — Coligações de partidos no Colégio Eleitoral — os partidos opositoristas, juntos, têm 327 votos no Colégio Eleitoral, contra 369 do PDS. Se um dos partidos opositoristas não apresentar candidato — como o PTB, por exemplo — seus membros poderão votar em qualquer deles, de qualquer outro partido, pois não teria fechado questão. Mas, se o PTB apresentar candidato no Colégio, somente para marcar posição histórico-política, os seus 14 membros não poderão votar em Maluf, pois estarão se arriscando a perder o mandato. Outras hipóteses danosas a Maluf, dada a estreiteza da diferença de 32 votos, é a de coligação entre o PMDB e o PTB, facultada mediante acordo prévio.

CECE



Tancredo: um perfil hamletiano

O governador Tancredo Neves, afirmam seis mais íntimos amigos, encontra toda sorte de obstáculos para chegar ao que seria um chamamento nacional na presente circunstância — a candidatura de um político experiente, com lastro de estadista, para compor as divergências que sacodem a Nação na atual fase de transição política. O governador enfrenta pressões máximas para sair candidato, no entanto, suas hesitações são também maximizadas pelo fato de ser vítima de um processo político não-racional e de certo modo antropofágico.

Minas é a liberdade, mas também a prisão desse homem público que poderia encerrar sua participação política nos últimos 40 anos de história republicana com sua ascensão à Presidência da República sob aplausos gerais da Nação. Mas os fatores do aprisionamento são mais críticos do que os que impelem ao Poder Central: ora são os impedimentos institucionais, ora os do atavismo mineiro, ora ainda os da suspeição do crescimento exagerado da candidatura adversária do deputado Paulo Maluf.

Na soma dos obstáculos, o governador Tancredo os tem na quantidade exata de seu adversário, que agora promove a inimigo, numa concessão às formas e aos ritos de um combate que teima em não acontecer, como, aliás, tudo nessa sucessão, onde casuismos não acontecem, batalhas não se ferem, e aparências se multiplicam, só pelo prazer de manter o jogo entre os profissionais.

Os obstáculos à caminhada do governador Tancredo Neves rumo ao Poder Central passam pelas seguintes barreiras.

1 - Improbabilidade da união geral das oposições - o PT e as facções mais à esquerda do PMDB não comungam ainda do projeto da candidatura Tancredo, por julgarem-na incompatível com o desejo de mudanças amplas na faixa de uma revisão do modelo político e econômico, e fora do eixo dos compromissos com o regime constituído. Para as alas mais ideológicas das oposições, o governador Tancredo Neves transmite a imagem de um político que irá conciliar-

se com o “status quo” da tecnocracia e do estabelecimento militar dominante, hipóteses que estreitam os corredores de apoio das forças populares e dos segmentos mais progressistas da Oposição ou mesmo clandestinos, ao governador mais moderado do PMDB. As declarações de Luiz Ignácio Lula da Silva, a esse respeito, são concludentes.

2 - O fator idade, diante do mandato de seis anos o governador Tancredo Neves passou 50 anos pensando em chegar ao governo de Minas, desde que era jovem advogado saído de São João del Rey, mal entrado na política. O aspecto peculiar da política de Minas faz convergir para a ambição de governar o Estado, ocupando o Palácio da Liberdade, uma aspiração mais forte que a de governar o próprio País. Ao mesmo tempo, o sonho de Tancredo, concretizado após tanta espera, chega-lhe na idade de 70 anos, da qual se pode almejar um período mais de coordenação superior, do que de uma efetiva gerência de um contencioso de crises que é o Brasil de hoje, o governador, um homem realista, disse a esse propósito a seu amigo de 40 anos, o médico Guilherme Romano, que o visitou recentemente em Belo Horizonte: “Para mim, só daria se fosse um mandato-tampão de dois anos. Eu completaria minha obra, e acabaria tudo com 74 anos”.

3 - Perspectiva de devolução do poder à UDN de Minas - depois de 16 anos ocupando o governo mineiro, a ex-UDN, com o vice-governador Hélio Garcia, tem de novo, após somente 2 anos de interstício, a oportunidade de voltar a mandar no Estado. Após os períodos de governo de Magalhães Pinto, Aureliano Chaves, Rondon Pacheco e Francelino Pereira, o governador Tancredo Neves ocupa o poder como um redentor dos sonhos de mando dos antigos quadros do ex-PSD, que, integrados inicialmente ao PP e agora ao PMDB, passaram de novo a nomear professores, delgados, coletores, diretores de conservatórios e toda a gama empregatícia que faz da política a sua via de expressão. Essa perspectiva de domínio político pode, a qualquer momento, esboroar-se com a passagem do poder ao ex-udenista Hélio Garcia, muito ligado ao deputado Magalhães Pinto, e que alimenta o projeto concreto de se tornar governador, apesar de Tancredo Neves.

4 - Derrubada da emenda Figueiredo - esse obstáculo, quase imperceptível, surgiu quando a emenda que reduzia o mandato presidencial para quatro anos e reintroduzia, ao fim deles, a eleição direta para presidente da República, foi inviabilizada através de sua retirada do Congresso. Perdeu o governador um lastro constitucional que poderia tornar sua ascensão ao poder mais confiável aos olhos das Forças Armadas, uma vez que, permanecendo a atual situação, o aparelho autoritário conservado no atual texto da Constituição seria passado ao controle das Oposições, que poderiam executar qualquer medida de arbítrio contra os representantes do atual regime. Os militares temem desmobilizar-se do poder sob o império da atual Constituição, que dá seis anos para a implantação de uma nova ordem, mas sob a égide de figuras como o estado de sítio e o estado de emergência.

5 - Ressentimentos militares contra pacto opositorista em Minas estão correndo em áreas militares e políticas documentos apócrifos que atestam as dificuldades de transição de ressentimentos militares contra uma candidatura de um líder que se compôs, em seu Estado, com as forças da esquerda brasileira, expressadas nos comunistas na clandestinidade, no PC do B, MR-8, “simpatizantes” e “esquerdistas” pura e simples, conforme a nomenclatura contida no documento “O Virtuoso Democrata Tancredo Neves”, difundida esta semana em Brasília, e visto em cima da mesa de trabalho do gabinete do senador Jorge Bornhausen, onde chegou como carta anônima. Essas vozes, supostamente paramilitares, são minoritárias no atual quadro de influências das Forças Armadas, mas tornam-se ativas quando em campanha, articuladas com outras forças políticas que, usando de oportunismo, canalizam os sentimentos de atemorização dominantes nesses círculos para obstruir a marcha de um candidato como o governador

Tancredo Neves rumo ao poder.

6 - Dificuldade na costura com a “frente liberal” - por ter sua liderança em Minas, com o vice-presidente Aureliano Chaves, a “frente liberal” tem como tarefa quase inviável costurar uma aliança com outra personalidade política do Estado, e líder de outro partido. Devido não somente às emulações da política mineira, onde ex-udenistas não operam facilmente com expessedistas - e quando o fazem, só beneficiam o candidato adversário no caso de agora, do deputado Paulo Maluf - mas também às dificuldades da legislação, que impedem no Colégio Eleitoral os votos de membros de um partido a um de outro que tenha candidato homologado, e com questão fechada para sua eleição, a costura entre a “frente liberal” e o governador Tancredo Neves ressentem-se da falta de linha e agulha.

7 - Divergências históricas com Ulysses Guimarães - no âmbito biográfico, que também é levado em conta nesses casos de candidaturas presidenciais, antiguidade é posto, mas a preferência é dada a quem já lutou e se sacrificou pela causa. O deputado Ulysses Guimarães, embora não domine a máquina partidária, é, porém, o nome que congrega o respeito de significativas correntes do partido e do conjunto das Oposições, como uma liderança capaz de oferecer uma resistência de fato ao candidato do regime, com chances reais de vitória. Embora o Sr. Ulysses Guimarães esteja comprometido com a campanha das diretas já, o que o constrange a disputar a presidência no Colégio Eleitoral, sua candidatura tornou-se um movimento latente, quase cívico, que impele o PMDB e as Oposições ao compromisso de não deixar arrefecer os movimentos de rua para a conquista das liberdades democráticas definitivas, como eleições diretas, Constituinte, e revisão global do modelo.

8 - Escassez de tempo no calendário opositorista - enquanto o calendário foi benéfico ao deputado Paulo Maluf, não o está sendo para o candidato opositorista, que terá de ser homologado na convenção nacional a ser fixada pelo Diretório Nacional do PMDB, que se reúne em Brasília, nesse começo de semana. A data previsível para a convenção é 7 de agosto, mas o candidato - se for Tancredo Neves o escolhido - só será lançado oficialmente em comício-monstro a se realizar em Belo Horizonte no dia 14 de agosto, data-limite para a sua desincompatibilização. Esperar até lá, como foi desejo expresso do governador, significa um dado inquietante de hesitação e reconhecimento a todos esses obstáculos.

9 - Possibilidade de eleição direta em Minas para escolha do sucessor Não é pacífica a interpretação da Constituição de Minas, segundo a qual não há necessidade de eleição direta para a escolha do sucessor de um governador que renuncia ao seu mandato antes do cumprimento de sua primeira metade. Embora o governador Tancredo Neves esteja de posse de um parecer jurídico que convalida essa tese, juristas ouvidos pelos “malufistas” estão já articulados para, no dia imediato à descompatibilização do governador, arguir a Justiça Eleitoral para forçar a realização de eleições diretas em Minas, com o intuito de obrigar uma campanha em duas frentes, capaz de resgatar fatalmente o candidato e o seu preferido em Minas para sua sucessão.

10 - Impossibilidade de revisão constitucional a curto prazo mesmo eleito pelo Colégio Eleitoral, o governador Tancredo Neves não teria meios políticos para impor uma reforma constitucional capaz de afastar do atual quadro legal do País os ranços autoritários e a própria natureza do regime, passando do presidencialista para parlamentarista, fórmula que seria a única capaz de acomodar a nova situação de poder com as preocupações detectáveis junto às Forças Armadas. A obrigatoriedade de dois termos para emendas constitucionais paralisaria totalmente o novo presidente da Oposição, criando novos e perigosos impasses. Só haveria, de fato, clima para a aprovação de uma emenda se fosse para a proposição de diretas já, para 86: nesse caso, declinaría em pouco tempo o governo Tancredo Neves, tragado pelas forças que o obrigariam a rápidas mudanças.